Setor sucroalcooleiro

Mudanças radicais modificam comportamento setorial

O setor sucroalcooleiro vem procurando ajustar-se às mudanças, tanto de caráter técnico, quanto político e econômico, desde que o governo decidiu deixar que o segmento agroindustrial canavieiro caminhe com suas próprias pernas.

Com o ressurgimento do Proálcool anunciado pela secretária de Meio Ambiente, Aspásia Camargo, em Nova York; a decisão do governo paulista, que baixou em 6 de agosto de 1997 o Decreto nº 42.056 regulamentando a queima da palha da cana-de-açúcar; o problema da realocação de pessoal da Zona da Mata Canavieira Nordestina e a criação do Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool e do Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira, fazem-se necessárias algumas considerações para que se possa refletir sobre tais medidas e os prós e contras que derivam dessas decisões.

No caso da proibição das queimadas com a conseqüente utilização das colheitadeiras de cana, máquinas capazes de substituir, nas etapas de corte e carregamento, cerca de 70 ou 80 bóias-frias, há que avaliar as conseqüências sociais dessa substituição, além dos aspectos técnicos.

Sem dúvida, o próprio empresariado reconhece que a queima causa problemas à população, sendo inevitável sua substituição. Devem, porém, ser considerados a realocação do pessoal, a adaptação da cultura ao corte mecanizado, ajustes industriais na recepção da matéria-prima, treinamento de pessoal para operação das colheitadeiras e alguns acertos no transporte da cana do campo para a indústria.

No que diz respeito à Zona da Mata Nordestina, o setor canavieiro caminha progressivamente para a extinção total, haja vista o fechamento da maioria das unidades industriais ali localizadas, acarretando desemprego em massa, com a agravante de não existirem possibilidades de reaproveitamento do pessoal em outra atividade agrícola, já que a região não tem, segundo analistas, condições edafoclimáticas para acolher outras culturas extensivas que possam absorver o pessoal inativo.

Entretanto, como paliativo, as promessas de revitalização do Proálcool aparecem como solução amenizante para esses problemas, já que pode, senão soerguer o setor de forma a realocar o pessoal demitido, pelo menos incentivar os que permanecem no segmento a investir no campo para atender à demanda potencial a ser criada.

Finalmente, a criação do Conselho Interministerial — Decreto s/nº de 21 de agosto de 1997 —, composto pelos ministros de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo; Fazenda; Planejamento e Orçamento; Agricultura e de Abastecimento; Minas e Energia; Meio Ambiente; Relações Exteriores; Ciência e Tecnologia, pelo chefe da Casa Civil da Presidência da República e pelo secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com o objetivo de deliberar sobre as políticas relacionadas com as atividades do setor sucroalcooleiro, considerando, principalmente, a adequação da participação dos produtos da cana-de-açúcar na matriz energética nacional, os impactos ambientais e sociais, os mecanismos econômicos necessários à auto-sustentação setorial e o desenvolvimento científico e tecnológico, vem abrir caminho para a solidificação do setor.

O mesmo decreto determina a criação do Conselho Consultivo para a Política Sucroalcooleira, formalizado pela Portaria nº 107 do Mict, de 21 de agosto de 1997, composto por seis representantes dos industriais do açúcar e do álcool — sendo três da região Centro-Sul e três da região Norte-Nordeste —, quatro representantes dos plantadores de cana e um da entidade de classe dos trabalhadores na agricultura, com a incumbência de assessorar e apresentar mecanismos para a impulsão da agroindústria canavieira.

Panorama da safra

Sob o aspecto prático, a safra 1997/98 já está a pleno vapor, com a região Centro-Sul moendo desde final de abril em níveis normais, com pequenas oscilações para mais e/ou para menos no que diz respeito aos principais produtos, porém dentro da expectativa de atendimento às necessidades delimitadas, podendo, ainda, superar a moagem da cana da safra passada. Na região Nordeste as unidades industriais dão os últimos retoques para o início da moagem, com algumas usinas já em funcionamento e expectativa de safra promissora em função da boa distribuição pluviométrica regional.

Os mercados interno e externo não apresentaram modificações de vulto que mereçam comentários. Apenas houve melhora no preço interno do mercado paulista, que apresentou oscilações para maior, sendo a saca de cristal negociada a R$14,00. No mercado externo os preços têm oscilado entre as cotações de US$11,55 a US$11,87 por libra-peso, devendo manter-se neste patamar, pois, segundo expectativas do setor, as exportações brasileiras poderão atingir 7 milhões de toneladas, superando as previsões governamentais para o período.

JOAQUIM VILLANOVA
E-mail: villa@fgv.br

INDICADOR DO PREÇO DO MILHO

Previsão de alta para o fim do ano

A tendência dos contratos para novembro, a partir de julho situados em patamares visivelmente mais elevados que os de setembro, confirma um maior ímpeto sazonal da demanda, voltada para atender ao consumo dos rebanhos avícola e suíno para o final do ano.

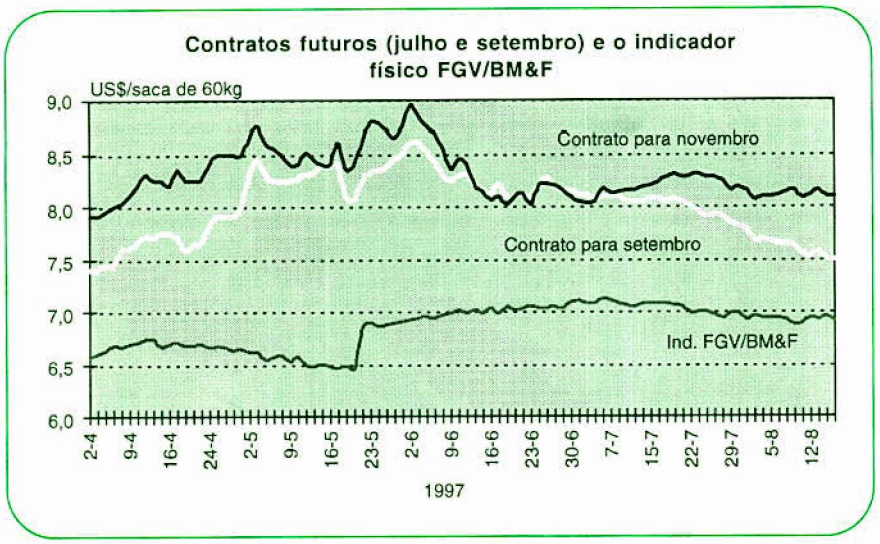
Entre meados de julho e meados de agosto, o mercado interno do milho funcionou à base das informações do resultado da colheita da safrinha de 1997 e das primeiras notícias quanto à formação das intenções de plantio da safra de verão 1997/98, temperadas pelo ritmo da demanda de rações.

Em fins de maio e início de junho, havia-se formado uma expectativa de que o resultado da iminente colheita da segunda safra viesse a ser inferior ao antecipado, devido à falta de chuvas em algumas regiões produtoras. Este sentimento foi em grande parte apenas especulativo. Primeiro, pela representatividade ainda pequena da safrinha dentro do quadro geral de oferta interna, muito embora esta participação venha crescendo ano a ano. Segundo, porque seria sabidamente grande a quantidade do grão estocado à disposição dos consumidores, que souberam tirar vantagem desse fato ao longo de todo o ano, adquirindo o insumo *da mão para a boca*.

Isso quer dizer que a alta motivada pela estiagem não era sustentável, parecendo ter sido um balão de ensaio lançado por certos segmentos do mercado, com o objetivo primário de exercer influências altistas sobre os preços.

À medida que as especulações se desfizeram, com as informações definitivas sobre danos menores do que o antecipado à safrinha, declinaram os valores dos contratos para setembro, voltando o mercado à tranqüilidade para formar suas expectativas de acordo com a verdadeira situação do quadro de abastecimento para os meses do final do ano.

A tendência dos contratos para novembro, a partir de julho situados em patamares visivelmente mais elevados que os de setembro, confirma um maior ímpeto sazonal da demanda, voltada para atender ao consumo dos rebanhos avícola e suíno para o final do ano. A aposta em cotação pouco acima de R$8,00/60kg certamente baseia-se na premissa de que os preços das carnes avícola e suína venham facilmente acomodar o custo de seu principal insumo, não só pelo tradicional aumento do consumo interno com as festas natalinas, como também porque a demanda destas proteínas alternativas à bovina tem sofrido o estímulo do bom ritmo de suas exportações — que, segundo informações preliminares, deverão chegar ao recorde de quase 700 mil toneladas até o final do ano.



EDGAR COSTA FILHO
E-mail: evc@fgv.br

IRENE RAGUENET TROCCOLI
E-mail: iragtroc@fgv.br

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA
E-mail: roger@fgv.br